



CENTRO UNIVERSITÁRIO VALE DO SALGADO SALGADO
BACHAREL EM SERVIÇO SOCIAL

REGINA SANTOS DE LIMA

**O ASSISTENTE SOCIAL COMO MEDIADOR NA INCLUSÃO SOCIAL DA PESSOA
COM DEFICIÊNCIA AUDITIVA NA ESCOLA: UMA REVISÃO BIBLIOGRÁFICA**

ICÓ-CEARÁ

2021

REGINA SANTOS DE LIMA

**O ASSISTENTE SOCIAL COMO MEDIADOR NA INCLUSÃO SOCIAL DA PESSOA
COM DEFICIÊNCIA AUDITIVA NA ESCOLA: UMA REVISÃO BIBLIOGRÁFICA**

Projeto de pesquisa submetido a disciplina de
TCC II, do Curso de Bacharelado em Serviço
Social do Centro Universitário Vale do
Salgado, como requisito para aprovação e nota.

Orientadora: Prof^ª Raquel Alencar Lourenço

ICÓ – CEARÁ

2021

REGINA SANTOS DE LIMA

**O ASSISTENTE SOCIAL COMO MEDIADOR NA INCLUSÃO SOCIAL DA PESSOA
COM DEFICIÊNCIA AUDITIVA NA ESCOLA: UMA REVISÃO BIBLIOGRÁFICA**

Projeto de pesquisa submetido a disciplina de TCC II, do Curso de Bacharelado em Serviço Social do Centro Universitário Vale do Salgado, como requisito para aprovação e nota.

Aprovado em _____ / _____ / _____

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Raquel Alencar Lourenço
Orientadora

Prof. Luciana Maria Lobo
1ª Examinador

Prof. Daniela Nunes de Jesus
2ª Examinador

AGRADECIMENTOS

Dedico meu trabalho aos meus pais, Manoel e Fátima a quem sou grata por tudo! E feliz por eles estarem presentes hoje na minha vida e poder ver onde cheguei. Agradeço primeiramente a Deus que é a minha base e Fortaleza. E que em momentos difíceis, não me deixou desistir! Sem ele nada daria certo.

Agradeço as minhas amigas, Kesedy, Bruna, Alana, Alê, Victória, Karina, Layanne, Luanna, Camila, Tayse, Isabele, Anderson, Wélia, Fátima, e a minha turma "nozes". Amigos que carrego no peito, que cuidam de mim e certamente estão felizes por essa conquista! Aos meus sobrinhos que acreditam e sempre torcem por mim, na presença de Marcelio, Jérlia, Antônio, Natália e Nataliene. Agradeço também ao meu sexteto, nome dado ao meu grupo de turma na presença de Amabile, Cíntia, Malvina, Vanessica e Sablina. Me ajudaram do início ao fim, na minha faculdade, me apoiando, acreditando em mim, e o mais importante, se dedicando a uma amizade que jamais terá fim.

Isadora Pereira, uma amiga que chegou para me ajudar, onde eu me encontrava sem saída alguma, foi luz é luz. Só tenho a agradecer! Agradecer também, ao meu professor da disciplina de tcc, Emanuel que foi importantíssimo nessa caminhada, e nos mostrou que a ferramenta principal é a confiança. Agradeço a minha orientadora Raquel Alencar Lourenço, pelo conhecimento, paciência, preocupação, comigo ao longo do trabalho. Obrigada por confiar em mim! A todos o meu muito obrigada!

SANTOS DE LIMA, Regina. **O assistente social como mediador na inclusão social da pessoa com deficiência auditiva na escola: uma revisão bibliográfica.** Icó-CE: (Monografia). Centro Universitário Vale do Salgado-UniVS, 2021.

RESUMO

O Serviço Social é uma profissão que em sua síntese a luta de classes se faz efetivamente presente. Sempre incorporando em seu meio a necessidade da igualdade mediante direitos e melhorias para com as pessoas. Com estas perspectivas de atuação e abordagem, o serviço social trabalha com uma análise ótica de uma constância em educação exclusiva. As deficiências de uma maneira geral já implicam de alguma maneira, em algum momento de sua vida, em algum tipo de dificuldade. Um exemplo, as crianças acometidas da surdez, visto que, a audição proporciona uma condição necessária para o desenvolvimento infantil, bem como sua fala. Deste modo então, a pesquisa objetivou-se de maneira geral em analisar a atuação profissional do Assistente Social na política de educação com deficientes auditivos. Com especificidades em também apontar a importância do processo de inclusão social das pessoas com deficiência auditiva; identificar fatores que contribuam ou excluam as pessoas com deficiência auditiva do processo de aprendizagem escolar e discorrer sobre a atuação do Assistente Social como mediador entre família escola e a comunidade no processo de inclusão social da pessoa com deficiência auditiva. A mediante pesquisa caracterizou-se em um estudo bibliográfico com abordagem qualitativa. Metodologicamente através deste estudo é possível compreender alguns fenômenos complexos, aprofundando-se sobre os aspectos de natureza social e cultural do tema por meio de descrições. A partir do mesmo, foi possível compreender ainda mais a amplitude dos espaços ocupacionais do Serviço Social e o quanto ele precisa ser dinâmico, articulador, atualizado, sabendo compreender, interpretar e difundir leis para que suas práxis seja o mais consistente e eficaz possível.

Palavras Chave: Surdo. Dificuldades. Educação. Assistente Social.

SANTOS DE LIMA, Regina. **The social worker as a mediator in the social inclusion of people with hearing impairment at school: a literature review.** Icó-CE: (Monograph). Vale do Salgado University Center-UniVS, 2021

ABSTRACT

Social Work is a profession that in its synthesis the class struggle is effectively present. Always incorporating in its environment the need for equality through rights and improvements for people. With these perspectives of action and approach, the social service works with an optical analysis of a constancy in exclusive education. Deficiencies in general already imply in some way, at some point in your life, in some kind of difficulty. One example, children affected by deafness, since hearing provides a necessary condition for child development, as well as their speech. Thus, the research aimed at analyzing the professional role of the Social Worker in education policy for hearing impaired people. With specifics in also pointing out the importance of the process of social inclusion of people with hearing impairment; identify factors that contribute to or exclude people with hearing impairment from the school learning process and discuss the role of the Social Worker as a mediator between the school family and the community in the process of social inclusion of the person with hearing impairment. The through research was characterized in a bibliographic study with a qualitative approach. Methodologically, through this study, it is possible to understand some complex phenomena, going deeper into the social and cultural aspects of the theme through descriptions. From it, it was possible to understand even more the breadth of the occupational spaces of Social Work and how much it needs to be dynamic, articulating, updated, knowing how to understand, interpret and disseminate laws so that its praxis is as consistent and effective as possible.

Keywords: Deaf. Difficulties. Education. Social Worker.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	8
2 OBJETIVOS	10
2.1 Objetivo geral.....	10
2.2 Objetivo específico.....	10
3 REVISÃO DE LITERATURA	11
3.1 A deficiência auditiva e o processo de alfabetização para a vida social.....	11
3.2 A educação especial da língua de sinais brasileira – LIBRAS	13
3.3 Atuação do assistente social frente as pessoas com deficiência.....	17
4 METODOLOGIA	19
4.1 Tipo de estudo	19
4.2 Local de estudo	20
4.3 Sujeito da pesquisa.....	20
4.4 Análise de dados	20
5 RESULTADOS E DISCUSSÕES	21
5.1 Processo de alfabetização e integração no meio social	21
5.2 Língua de sinais brasileira na perspectiva da educação especial	21
5.3 Assistência e inclusão social de pessoas com deficiência.....	22
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	24
REFERÊNCIAS	26

1 INTRODUÇÃO

O Serviço Social é uma profissão que em sua síntese a luta de classes se faz efetivamente presente. Sempre incorporando em seu meio a necessidade da igualdade mediante direitos e melhorias para com as pessoas. Desta maneira, se fazendo necessária predominância de aparatos jurídicos e dinâmicas de políticas sociais, por exemplo (IAMAMOTO, 1999).

Com estas perspectivas de atuação e abordagem, o serviço social trabalha com uma análise ótica de uma constância em educação exclusiva e conseqüentemente lutando cada vez mais para que a mesma possua seu espaço conquistado, nem que seja de maneira gradativa. Mesmo assim, é possível observar que a educação especial (voltada a alunos com algum tipo de deficiência) nos dias atuais, ainda passa por uma luta na melhoria da qualidade de ensino.

As deficiências de uma maneira geral já implicam de alguma maneira, em algum momento de sua vida, em algum tipo de dificuldade. Um exemplo, as crianças acometidas da surdez, visto que, a audição proporciona uma condição necessária para o desenvolvimento infantil, bem como sua fala.

Desta maneira, o norteamto problemático do estudo consistiu em discutir qual o papel do assistente social no âmbito da escola mediante o contexto das pessoas com deficiência auditiva?

Conforme, justifica-se ainda o interesse em abordar esta temática ‘por gostar da LIBRAS, desde o fundamental tive interesse nessa área, em aprofundar-me no assunto, a partir da leitura de artigos, e ver a importância dessas pessoas inseridas na sociedade, serem úteis. Trabalhando, estudando, vivendo de forma normal’.

Deste modo então, a pesquisa objetivou-se de maneira geral em analisar a atuação profissional do Assistente Social na política de educação com deficientes auditivos. Com especificidades em também apontar a importância do processo de inclusão social das pessoas com deficiência auditiva; identificar fatores que contribuam ou excluam as pessoas com deficiência auditiva do processo de aprendizagem escolar e discorrer sobre a atuação do Assistente Social como mediador entre família escola e a comunidade no processo de inclusão social da pessoa com deficiência auditiva.

Deste modo, para alcançar os objetivos anteriormente propostos, a mediante pesquisa caracterizou-se em um estudo bibliográfico com abordagem qualitativa. As pesquisas do tipo bibliográficas possuem como maneira de extração de informações fontes como: livros,

jornais, revistas, artigos científicos dentre outros, permitindo que o autor crie análises interpretativas críticas para com os conteúdos presentes em cada meio informativo (SALLUM; GARCIA; SANCHES, 2012). A abordagem qualitativa permite que o leitor realize uma análise mais rígida e eficaz aos meios de informações. Podem extrair conteúdos mais assertivos e com características mais específicas relacionados a cerca de cada tema (GIL, 2008).

Metodologicamente através deste estudo é possível compreender alguns fenômenos complexos, aprofundando-se sobre os aspectos de natureza social e cultural do tema por meio de descrições, interpretações e comparações, não levando em consideração as mensurações numéricas dos dados relacionados, além de as estatísticas não ser o foco dessa abordagem.

Seguindo todos os regimentos metodológicos do estudo, foi possível alcançar todos os objetivos propostos, sendo possível a descrição dos aspectos literários, à inclusão e ao fazer profissional do Assistente Social, enfatizando aparatos legais que a justifiquem. A partir do mesmo, foi possível compreender ainda mais a amplitude dos espaços ocupacionais do Serviço Social e o quanto ele precisa ser dinâmico, articulador, atualizado, sabendo compreender, interpretar e difundir leis para que suas práxis seja o mais consistente e eficaz possível.

2 OBJETIVOS

2.1 Objetivo geral

- Analisar a atuação profissional do Assistente Social na política de educação com deficientes auditivos.

2.2 Objetivo específico

- Apontar a importância do processo de inclusão social das pessoas com deficiência auditiva;
- Identificar fatores que contribuam ou excluam as pessoas com deficiência auditiva do processo de aprendizagem escolar;
- Discorrer sobre a atuação do Assistente Social como mediador entre família escola e a comunidade no processo de inclusão social da pessoa com deficiência auditiva.

3 REVISÃO DE LITERATURA

3.1 A deficiência auditiva e o processo de alfabetização para a vida social

É de suma importância compreender um pouco mais acerca do percurso histórico da educação dos deficientes auditivos. Essa concepção se dá pela importância em analisar as diferenças em diversos campos que existem desde os tempos antigos até a atualidade. Traz a investigação de como é organizado e transformado os movimentos dos deficientes auditivos, assim como diversos fatores que contemplam essa discussão.

Segundo Karin Strobel (2009), a história da educação dos deficientes auditivos não é uma história difícil de ser analisada e compreendida, podendo ser estudados pelos registros que contemplam as vertentes que trazem reflexões sobre as situações que causaram impactos positivos ou negativos para o sujeito surdo e como se organizaram as comunidades surdas.

Desta forma, pode se perceber a importância desses fatos históricos onde os registros relatados e investigados tempos anteriores podem trazer pontos relevantes para compreender os avanços relacionados a esse cronograma histórico.

Um dos grandes impactos ocorridos na história deficientes auditivos foi à realização do congresso de Milão em 1880, que modificou a vida e a educação dos mesmos. No total de 164 delegados havia pessoas da Itália e França que seria a favor da exclusão da Língua de sinais (Strobel, 2009). Somente os países da Grã-Bretanha e Estados Unidos que eram contra o que o congresso propunha, mesmo havendo presenças de professores com a deficiência, eles foram excluídos da votação sendo negados seus direitos de escolha e cultura.

Sobre as discussões levantadas durante o congresso, percebe-se o intuito de deixar claro que o Oralismo Puro seria a melhor solução para fazer com que o sujeito surdo fosse alfabetizado através dessa temática, sem o uso da Língua de sinais, mas com outras vertentes que venham trazer algum ‘benefício’, que não iria dar um retorno positivo na aprendizagem satisfatória no processo de aprendizagem do deficiente auditivo (Strobel, 2009).

Com isso, pela unanimidade na votação alegando que deve ser excluída a língua de sinais e seja adquirido o Oralismo Puro, houve uma evasão na educação para eles, onde se percebe a dificuldade de haver profissionais com a deficiência, já que era proibida sua língua materna, tiveram perdas não só na educação mais na sociedade como um todo (KARIN 2009).

Como ressalta a autora, grande foi à luta das pessoas acometidas pela deficiência auditiva, diante desse angustiante cenário ao qual eles presenciaram e vivenciaram. O movimento possuiu uma grande importância diante desse trajeto para defender seus direitos assim como da própria língua materna. Apesar do obstáculo causado pelo resultado do congresso, buscaram mesmo assim ir à diante de tantas barreiras, deixando a língua viva dentro da mente até atualidade.

Pode se destacar duas fases durante esse processo: a fase do isolamento cultural e a fase da revelação cultural. Uma das pessoas mais importantes durante esse trajeto histórico é o Ferdinando Berthier, professor de Surdos, tendo sua metodologia de ensino voltada para a identidade surda e língua materna. Escreveu livros e artigos onde defendia a cultura surda e sobre o congresso ele associa como uma tragédia para as pessoas surdas.

A importância dos movimentos desenvolvidos pelo Berthier trouxe relatos importantes para a história dos Surdos, apontando outras pessoas como Leonir e Forestier que participaram contribuindo para a evolução dos registros desses acontecimentos. Entretanto com todos os movimentos, os deficientes auditivos buscaram uma forma de permanecer viva sua cultura, sua identidade através de comunidade surda, associação ao qual eles pudessem discutir e refletir sobre suas lutas.

Neste contexto, destaca-se os principais movimentos pelo qual os deficientes auditivos lutaram: Associações de Surdos, Federação nacional de Educação de Surdos (FENEIS), Confederação Brasileira de Desportos de Surdos (CBDS) e Federação Estaduais esportivas de Surdos.

Caracteriza-se a deficiência auditiva, segundo a FIOCRUZ (2020), como a diferença existente entre o desempenho do indivíduo e a habilidade normal para a detecção sonora de acordo com padrões estabelecidos pela American National Standards Institute ANSI (1989).

A surdez pode ser hereditária, por exemplo, se os pais da criança são surdos é provável que ela já nasça com a deficiência, porém, isso não é regra. Ser diagnosticada o quanto antes é de fundamental importância para adaptação dos pais, pois, permite que a família seja orientada desde o primeiro momento recebendo informações dos profissionais como, médico, psicólogo e fonoaudiólogo. Para que a mesma seja criada em um ambiente propício.

Segundo Redondo; Carvalho (2000), quando se consegue descobrir a causa, o mais frequente é que ela se deva a doenças hereditárias, rubéola materna e meningite.

Porém, em 50 por cento não é possível identificar a causa. A depender do caso ou do nível de surdez ela pode utilizar um aparelho auditivo.

No âmbito da escolaridade a lei nº 9.394, de 20 de Dezembro de 1996, Art. 24 do decreto nº 3.298/99 e a Lei nº 7.853/89, assegura que a pessoa com deficiência auditiva vem obtendo oportunidades cada vez mais amplas e melhores de ser vista como um cidadão comum, passando a ter o direito de frequentar escolas comuns além das classes ou escolas especiais e assim, ter o direito dos demais educandos.

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 10 milhões de brasileiros possuem alguma deficiência auditiva. Essa deficiência auditiva costuma trazer um desafio maior para as interações do dia a dia, dificultando o acesso aos serviços públicos e a participação em experiências em que a audição é fundamental.

De acordo com a Lei 10.436/2002, o poder público deve garantir atendimento e tratamento adequado às pessoas que sofrem com a deficiência auditiva. Assim é importante, ficar atento para não perder oportunidades devido à falta de conhecimento dos seus direitos.

Portanto, é relevante que os relatos e registros possam fundamentar a luta da comunidade surda nos espaços sociais para que desta forma possam ser fontes de pesquisas e de conhecimento do trajeto da luta dos Surdos.

3.2 A educação especial da língua de sinais brasileira – LIBRAS

O conceito de Educação Especial sofreu inúmeras transformações no seu processo histórico, principalmente provocadas pelos movimentos sociais que lutavam por igualdade de todas as pessoas e superando a discriminação durante o século XX. Nesse processo, mudanças no campo educativo foram amadurecendo a partir do momento em que os problemas foram expostos a partir das lutas vivenciadas. A escola passa a assumir suas responsabilidades diante dos problemas de aprendizagem que as crianças manifestavam em relação à dificuldade em aprender (COLL; PALÁCIOS; MARCHESI, 2010).

As escolas inclusivas são entendidas como uma escola que atenda a diversidade dos alunos, defendendo seus direitos e a sua integração no ambiente escolar. Para isso, tem que se operar uma profunda reforma das escolas que atenda a realidade apresentada pelo aluno no que diz respeito à aprendizagem. Esse processo deverá que envolver o aluno integralmente para evitar algum tipo de exclusão (ZIMMERMANN, 2008).

Nos meados dos anos 1940 e 1950, novos pensamentos vieram em confronto disso, a deficiência possui uma amplitude que agora já se considera as influências sociais e culturais do indivíduo para funcionamento intelectual deficitário. Os problemas de aprendizagens possuem novas vertentes para serem investigadas e diagnosticadas.

De 1960 a 1970, mudanças ocorreram no campo da educação especial. Partindo de uma nova visão para os transtornos de desenvolvimento da deficiência que admite uma modalidade distinta para cada processo de aprendizagem, porque cada indivíduo aprende de sua maneira, que necessitam ser avaliados por instrumentos eficazes com o apoio de psicólogos e professores, sendo que esses professores devem ser qualificados segundo a demanda.

Segundo Marchesi (2010), esse novo termo “necessidades educacionais especiais” refere-se a: existem necessidades educacionais de gravidades distintas em vários momentos na trajetória escolar do aluno. Os problemas de aprendizagens devidos a problemas menos graves que podem ser corrigidos a médio e/ou longo prazo são mais recorrentes, mas também ainda negligenciados.

O conceito de necessidades educacionais especiais, precisa considerar a criança no seu contexto: como a escola funciona, os recursos disponíveis para esse funcionamento, a metodologia e a avaliação utilizada. Entende-se que alunos com deficiência possuem algum problema de aprendizagem ao decorrer da sua escolarização e precisa de um estudo específico desse problema.

Dificuldade de aprendizagem não se confunde com deficiência. Pois uma criança cega, surda ou com paralisia cerebral poderá ter problemas ou dificuldades que outros não têm e/ou esses outros podem ter dificuldades que essas crianças possuem.

Historicamente, a deficiência sempre foi confundida como incompetência ou inatividade isto desde os tempos remotos. Conforme as sociedades mais antigas, como Grécia e Roma que renegaram suas crianças nas montanhas e nos rios por portarem alguma deficiência, como se fosse uma seleção natural lembrando a evolução determinista de Darwin em que os indivíduos sobrevivem e evoluem.

Já na Idade Média o contexto não muda muito, os deficientes eram classificados como frutos de uma maldição diabólica ou de feitiçaria. Por isso eram perseguidos e também mortos, ou seja, eram os excluídos. Também podiam ser símbolo de uma punição divina ou espírio de pecados para os que os concebiam (Cardoso, 2004).

O divisor de águas entre o velho e o novo nos estudos da Educação Especial foi Jean Itard (1775-1838) um francês que empreitou a recuperação do menino lobo, Vitor ao qual

tinha a deficiência mental profunda, surgindo então à modificação na aprendizagem de crianças com deficiência através de estratégias que pudessem desenvolver com as crianças que possuíam alguma dificuldade.

Assim foram desenvolvidas pesquisas que pudesse apontar métodos tanto na socialização das crianças com deficiência quanto no desenvolvimento da aprendizagem de maneira mais especial. Isso foi à base para a revolução da educação especial, ou seja, para aqueles que trabalham com indivíduos considerados deficientes.

É um período de segregação por que separava ou isolava as crianças deficientes da sociedade e essas escolas evidenciavam um verdadeiro desempenho na solução de suas deficiências pensando ela que sua função era de cura (SASSAKI (1997) .

Nesse caso, vários estudos surgiram para o tratamento de pessoas com deficiência auditiva onde se destacam as pesquisas de Phillippe Pinel, Esquirol e os de Seguin foram métodos totalmente fisiológicos praticamente da diferença entre idiotia e demência, patologia da mente no cérebro.

Foi na década de 70 que a Educação Especial adquiriu um enfoque amplo com a proliferação das instituições públicas e privadas de atendimento aos alunos com necessidades educacionais especiais (ANEE). Neles foram criadas classes essenciais que selecionavam os por suas deficiências mentais. Deficiência aqui resulta em ausência de inteligência a impossibilidade em aprender, foi inúmeros testes de inteligências desenvolvidos em escolas e até em empresas causando variadas segregações.

No Brasil na década de 90 houve muitos debates em torno da reforma política educacional essa reforma atingiu todas as áreas da educação incluindo também a Educação especial nesse período o foco era os princípios a democracia, respeito e a dignidade. Mas somente em 1994 que o Brasil começou a de fato fundamentar a educação Inclusiva.

Conforme Correia (1997), esse tom segregatório vai se desfazendo nos anos 80 com a escola integrativa onde jovem e crianças com dificuldades teriam de frequentar o âmbito da escola regular. Com isso crianças excepcionais, palavra última que deriva de exceção que soa como exclusão, como escola para os diferentes. Passando para nomenclaturas de pessoas com deficiência que foi criticada e atualmente substituída por pessoas com deficiência.

O ensino de LIBRAS possibilita que crianças ou jovens com deficiência sejam incluídas em ambientes comuns com outras pessoas, para tanto, é

necessário que ocorra a união entre políticas públicas, instituições de ensino, família e professores. O art.58 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional educação especial é o processo voltado para a educação destas crianças.

Segundo a Federação Nacional de Educação e Integração de Surdos – FENEIS, um indivíduo que já tenha nascido com deficiência auditiva pode levar um ano para aprender a linguagem. Já alguém que ouve bem ou que perdeu a capacidade auditiva depois de adulto, pode levar um pouco mais de tempo para aprender, por ter se habituado à linguagem oral.

A imagem abaixo ilustra o alfabeto em manual em LIBRAS, que viabiliza a comunicação.



Fonte: Redondo e Carvalho (2000).

O envolvimento da família é fundamental para a integração do aluno surdo na escola ou na classe comum. Participando do processo escolar, os pais acompanham o desenvolvimento de seu filho e colaboram para que ele se entrose e se sinta valorizado pessoalmente.

A educação inclusiva no Brasil ao longo dos anos vem ganhado mais força, depois de muito tempo de desigualdade e de exclusão social os direitos para todos foram igualados onde todos independente de classe social, raça, deficiência mental ou física tem hoje os mesmos direitos assegurados por Lei. Segundo a Constituição da República Federativa Do Brasil. Art. 205.

No Brasil, o professor é aquele que transitou do status de detentor absoluto do saber, em sala de aula, como se impunha, durante longas décadas, que era muito mais temido que respeitado, vivenciando, no processo ensino-aprendizagem, uma relação de poder que

deteriorava o ensino para a posição de mediador do conhecimento, em um processo no qual há o intercâmbio de aprendizagem, pois já não pode ignorar o conhecimento prévio do aluno nem tão pouco o seu contexto social e as questões que fazem parte dela (TEODORO, 2003).

As mudanças começaram a acontecer no final dos anos 80, a partir da promulgação da Constituição Federal de 1988, tendo prosseguimento ao longo dos anos 90, com as novas teorias aplicadas à educação, ênfase para teóricos como Piaget, Paulo Freire, cujas ideias, apesar de já virem desde os anos 60, instigando aqueles que fazem a educação, tornaram-se mais difundidas a partir desse cenário de mudanças, tendo, ainda, a nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação, enfim, tudo isso que acabou apontando para a necessidade de mudanças e isso atingia diretamente, o status quo estabelecido pelos educadores.

Os estudos que apontam a formação dos professores da escola para atender às necessidades educacionais especiais como um dos entraves no processo de inclusão, são inúmeros. Coloca-se, na pauta dessas constatações não somente a falta de preparo do professor como algo de iniciativa pessoal, mas, a ausência dessa formação, principalmente, quando se trata de especificidades, como no caso de alunos surdos ou deficientes visuais, quando há a necessidade de uma maior habilidade e competência, para realizar esta inclusão de forma significativa.

De forma geral mesmo com alguns avanços em torno dessa modalidade de ensino o Brasil ainda tem um grande desafio pela frente até chegar em um processo de real implantação da Educação Inclusiva deve ser melhorada as políticas públicas em buscar o melhor e maior valorização possível da educação para todos

3.3 Atuação do assistente social frente as pessoas com deficiência

O Assistente Social Atualmente, analisa, elabora, coordena e executa planos, programas e projetos para viabilizar os direitos da população e seu acesso às políticas sociais, como a saúde, a educação, a previdência social, a habitação, a assistência social e a cultura (CFESS, 1990).

Existe a necessidade de homogeneização de acesso aos bens de serviço por parte de todos, inclusive das pessoas com deficiência, havendo várias lacunas a serem preenchidas. E é em uma dessas lacunas em que o Serviço Social está procurando se encaixar, tentando qualificar-se, sendo, ao mesmo tempo, dinâmico e criativo para atender as demandas que crescem na medida em que as pessoas estão buscando ativamente por seus direitos, deixando de viver enclausuradas por causa de uma deficiência. A profissão, como especialização do

trabalho coletivo, traz em si as contradições e as determinações do contexto social, perspectiva que lhe atribui um caráter revolucionário (BARROCO, 2003; IAMAMOTO, 1999).

Assim, em meio a este contexto o Assistente Social atua no processo de mediação na inclusão social da pessoa com deficiência auditiva na escola, comunidade e os pais. Com o objetivo de lutar pelos direitos da classe e assegurar que eles sejam cumpridos. Esta parceria é de suma relevância para o sucesso da educação inclusiva.

A parceria entre o Assistente Social e a família pode resultar em progressos na qualidade do ensino, na atuação do professor, no benefício para os alunos e uma melhor compreensão e superação dos pais (SILVA, 2013).

Segundo Silva (2013), O protagonismo familiar no contexto da educação inclusiva na escola leva em conta a valorização das diferenças do individualismo de cada um, da comunidade escolar, as formas, a acolhida e a participação de todos os envolvidos para o bem do aluno nesse processo de aprendizagem e formação humana.

O papel do assistente social complementaria o trabalho da escola, pois seu dever é também defender a estruturação de uma sociedade mais igualitária, ciente de seus direitos e deveres, tomando como base a Educação Inclusiva, procurando englobar as esferas políticas, econômicas e sociais. Sua atuação adquire importância no sentido de possibilitar a autonomia do ser humano como um todo (MARTINS; MARTINS; VIANA, 2018).

Observou-se ainda que sendo a LIBRAS a língua que viabiliza a comunicação entre as pessoas com necessidades especiais é importante que o Assistente Social neste processo de mediação aprenda a língua de sinais, com o objetivo de buscar pela quebra dessa barreira comunicacional, ou com a participação de profissionais TILS, logo, sendo conhecedor da Libras, o assistente social estará ajudando significativamente, no processo de inclusão do indivíduo surdo e rompendo essa barreira comunicacional que o impossibilita de atuar profissionalmente nas unidades das quais ele estiver inserido

Há muitos pais que não entendem ou não aceitam a condição real o seu filho seja por falta de um laudo ou por desconhecer ou associar o comportamento daquela criança à outra coisa. A falta de diagnóstico e do acompanhamento profissional para aquela criança compromete a evolução dos sintomas pois, a surdez não tem uma cura, mas um tratamento, a depender do nível (BORGES, 2017). Por isso, é necessário ratificar que a família tem um papel primordial no processo de educação do filho.

É importante que a categoria dos assistentes sociais tome consciência dessa questão como contexto político para aperfeiçoamento de análise crítica dos profissionais, bem como da importância de trabalhar pelo reconhecimento dos direitos sociais e de cidadania dos surdos,

pelo Estado e pela sociedade, participando da luta dessa minoria em prol da visibilidade da multiculturalidade da comunidade surda. Que o Serviço Social considere a diversidade surda como parte da classe trabalhista, para reflexão das práticas profissionais na intervenção na realidade da pessoa surda.

A articulação entre o Serviço Social e a Educação Inclusiva deve contribuir para o fortalecimento das ações que tornam a Educação uma prática de inclusão social, de formação da cidadania e emancipação dos sujeitos sociais. Procura-se desenvolver uma consciência crítica, favorecendo a possibilidade das pessoas com deficiência tornarem-se protagonistas de sua própria história e cidadãos ativos da sociedade.

4 METODOLOGIA

4.1 Tipo de estudo

A mediante pesquisa caracterizou-se em um estudo bibliográfico com abordagem qualitativa. As pesquisas do tipo bibliográficas possuem como maneira de extração de informações fontes como: livros, jornais, revistas, artigos científicos dentre outros, permitindo que o autor crie análises interpretativas críticas para com os conteúdos presentes em cada meio informativo (SALLUM; GARCIA; SANCHES, 2012).

A abordagem qualitativa permite que o leitor realize uma análise mais rígida e eficaz aos meios de informações. Podem extrair conteúdos mais assertivos e com características mais específicas relacionados a cerca de cada tema (GIL, 2008).

Utilizando o método dialético que de acordo com GIL (2009), é um método de investigação que se apropria da matéria através dos seus detalhes, e analisa suas diferentes formas de pesquisa e desenvolvimento após a pesquisa, se expõe de forma adequada tudo que foi pesquisado, dessa forma o pesquisador pode entender a realidade estudada, tais como seus fatores influenciadores, conhecendo a totalidade do grupo específico que está sendo estudado.

Entende-se por pesquisa bibliográfica, um processo metodológico que pretende contribuir para colher dados e formular resultados através de autores publicados, onde são escolhidos os estudos que possam influenciar na pesquisa, é importante expor com clareza os dados pesquisados. Para a pesquisa bibliográfica é importante escolher procedimentos para o seu estudo e apuração dos dados pesquisados, sendo possível classificar o material e o conteúdo estudados, por fim apresentando a análise dos dados colhidos. (LIMA; MIOTO, 2007).

4.2 Local de estudo

Para a contextualização e análise do tema abordado, foi feito levantamento bibliográfico através de fontes científicas, como artigos, livros digitais, publicações em revistas e sites, fazendo o uso de ferramentas digitais como Scielo, Google acadêmico, e demais plataformas estudadas ao longo da pesquisa.

4.3 Sujeito da pesquisa

Os sujeitos da pesquisa são o autores dos artigos, livros e revistas estudados. Tais autores publicam seus trabalhos e conteúdo de forma gratuita, para que todos possam ter acesso e realizar uma pesquisa rica em dados científicos, colhidos através de diversos arquivos e autores.

A pesquisa por ser de revisão bibliográfica ao final foram utilizados artigos de 25 autores, selecionados a partir do seu conhecimento do tema abordado, e os possíveis assuntos relacionados. Para o critério de exclusão, foram excluídos autores que publicaram artigos que não tivesse relação nenhuma com o assunto, e os que não faziam parte de arquivos científicos.

4.4 Análise de dados

Após o levantamento de dados, foi feita uma leitura detalhada, explorando os principais pontos mais relevantes do conteúdo pesquisado para conclusão da pesquisa.

5 RESULTADOS E DISCUSSÕES

O desenvolvimento da pesquisa nos permite acompanhar como ocorre a atuação do profissional assistente social frente á luta dos deficientes auditivos, perante sua luta a favor da igualdade *versus* sociedade.

5.1 Processo de alfabetização e integração no meio social

Podemos compreender como ocorreu o processo de alfabetização dos deficientes auditivos para sua integração no meio social. Mas para que isso pudesse acontecer, é necessário ressaltar o que seria pautado no congresso de Milão na década de 80. Ou seja, disseminar os preceitos históricos daquela época.

O mediante tópico traz consigo pontuações sobre o grandioso evento de Milão. Este evento nada mais teria como objetivo eliminar a língua de sinais - meio mais simples e eficaz para comunicação com os deficientes auditivos. Nesta época, eles instruíram a si mesmos, o ‘poder’ de decisão do que seriam melhores ao meio educativo da mediante deficiência. O mais contraditório é que todos os participantes do mediante evento escutavam, falam, eram livres de quais quer tipo de deficiência. Dentre tantos outros absurdos discorridos na seção, a mais insustentável foi saber que os deficientes auditivos foram obrigados a tentar conversar de maneira “normal”, pois os mesmos acreditavam que a fala era produzida de acordo com o exercício.

Pode-se observar o quanto essas pessoas sofreram naquela década. Como foi o atraso educacional daquelas crianças neste período. Podemos analisar ainda que, as atitudes decididas neste congresso surtiram efeitos negativos por muito tempo. Desde então, os movimentos para a tentativa da integração social e educacional dos deficientes só aumentaram.

Quanto ao ensino das pessoas com deficiência auditiva destaco a grande valia do projeto de línguas de sinais, a libras. Um dos maiores meios educativos e informativos para este público. Atualmente no Brasil é a técnica educacional mais utilizada para este público.

5.2 Língua de sinais brasileira na perspectiva da educação especial

Através deste estudo podemos compreender um pouco mais sobre essa dinâmica da língua de sinais, a LIBRAS. Como citado anteriormente é a estratégia mais simples e segura de se comunicar com algum deficiente auditivo.

Foi perceptível compreender a existência de mudanças que incidiram no meio da educação especial. Essas mudanças fizeram-se necessárias, pois o processo de aprendizagem é diferente para cada indivíduo, seja ele deficiente ou não. Com esta perspectiva, visto que habitualmente já se percebia esta situação, as técnicas de ensino começaram a evoluir frente as necessidades de cada indivíduo.

Portanto, partindo deste pressuposto analisa-se que as modalidades foram sofrendo atualizações conforme o decorrer dos anos e a língua de sinais cada vez mais preservada para o público pertencente de deficiência auditiva. Observou-se também que, foi necessário também a aplicação de métodos avaliativos mais eficazes e precisos, os professores precisaram passar por um processo de técnicas e apoios para melhor implementar os seus projetos e desenvolvimentos educativos.

Esses arranjos educacionais aplicados com maior preparo profissional proporcionaram melhores aplicações de técnicas educativas especiais. Os profissionais passaram a ter um olhar mais holístico acerca de como criar métodos mais eficazes para aplicação e fornecimento da aprendizagem.

Conforme a demanda aumentava, foi perceptível avaliar que as pesquisas também tiveram seu ápice, pois, havia a necessidade em entender quais métodos poderiam funcionar melhor para cada tipo de criança. Para suprir esta necessidade as pesquisas sobre este meio interativo tiveram que aumentar.

Com isto, os métodos para socialização e integração educativa destas pessoas com deficiência aumentaram. Nos dias atuais já podemos observar professores com ensinamentos de língua de sinais nas escolas, ou seja, não somente o profissional de nível médio ou superior tem a chance de desenvolver tal técnica, como também outros públicos, pois, desta maneira, o ensino de LIBRAS possibilita a crianças e adolescentes uma maior inclusão em seu meio social.

5.3 Assistência e inclusão social de pessoas com deficiência

Concomitantemente, trazemos a assistência social e o enfrentamento para com a defesa e os direitos sociais. Ressalto que o meio interativo de inclusão na sociedade é um tema que cada dia mais possui sua inclusão em diversos tipos de segmentos. Com estas análises e perspectivas, permitiu-se analisar a atuação do assistente social frente á pessoas com necessidades especiais.

Com estas perspectivas, a mediação da inclusão social de pessoas com deficiência deve

se estender também para o âmbito familiar. Com estas circunstâncias, a presença do acompanhamento do profissional da assistente social se faz necessária. Ele que vai criar as melhores maneiras de mediações e estratégias para a interação. Estes profissionais asseguram que as lutas e os direitos desta classe sejam assegurados, proporcionando maior interação da educação permanente.

Não somente, o papel destes profissionais não se resumiu apenas a estas características, como também, defender os direitos iguais para com todos. Deixando claro quais são os direitos e deveres dos responsáveis por esta classe que a tanto tempo foi desassistida.

Desta maneira, a assistência social fornece uma base de cuidados e promoção da educação inclusiva, visto que, engajar a surdez na educação básica ainda seja um grande desafio. Esses desafios podem ser derivados de cuidado, atenção, paciência e claro, discernimento, pois, o tratamento fornecido a pessoas/crianças com deficiência deve ser igual ao de qualquer outra criança, não havendo exclusão por sua condição.

Toda via, tendo a delicadeza em se trabalhar com as individualidades de cada um. Justamente por estes motivos, a assistência social consegue compreender as questões, identificando a carência individual de cada um. Portanto, contudo, conclui-se que os espaços educacionais precisam cada dia mais de estratégias mais transformadoras e ambientes mais práticos. Esta praticidade favorece um melhor direcionamento às práticas educacionais dirigidas a estas pessoas .

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A integração da inclusão social é formada por um eixo de medidas, técnicas e estratégias voltadas a pessoas que de alguma maneira possuem algum tipo de exclusão ao meio social, seja ele por cor, religião ou até mesmo uma deficiência. A integração desta pesquisa é voltada para o engajamento dos deficientes auditivos frente ao seu processo educativo, podendo ser vivenciada com a problemática do então estudo.

Portanto, com estas perspectivas, observamos que a problemática apontada no trabalho é a realidade ao quais os surdos enfrentam nas escolas de ensino regular, visto que as instituições escolares é um espaço que dá oportunidade de as pessoas desenvolverem suas habilidades críticas e sociais. A dificuldade discutida, no entanto, é justamente ações de inclusão direcionadas aos surdos, como se procede, como é analisado e avaliado sua aprendizagem.

É fato que a inclusão de crianças desde a educação infantil é algo necessário pois, quando trabalhamos com nossas crianças desde cedo que somos todos iguais mesmo diante das diferenças isso faz com que as crianças exterminem o preconceito e assim comecem a entender que todos devemos ser tratados com respeito.

A inclusão está diretamente relacionada às situações de aprendizagem, para a sua efetivação de forma significativa e, em alguns casos, essas situações de aprendizagem surgem a partir do preparo do professor da escola regular, no sentido de compreender o que e como fazer e que auxílios necessita para a sua prática.

No entanto, mesmo após decretadas, as leis são implantadas de modo lento e parcial, sendo ignoradas pela maior parte da população. Em que faz se necessário as pessoas com necessidades especiais se voltarem sempre para a legislação a fim de assegurar seu direito.

O que podemos observar ao longo dessas pesquisas é que o Brasil tem muito a melhorar, devendo dar mais seriedade para a educação de forma geral, deve priorizar sima educação, deve tirar o conceito de educação inclusiva e especial do papel e começar a trazer isso para a realidade. A população deve ser orientada pois, ainda se tem muita desinformação entorno da LIBRAS e com isso vem os prejulgamentos.

Observou-se ainda, que a articulação entre o Serviço Social e a Educação Inclusiva deve contribuir para o fortalecimento das ações que tornam a Educação uma prática de inclusão social, de formação da cidadania e emancipação dos sujeitos sociais. Destaca-se ainda a necessidade de desenvolver uma consciência crítica, favorecendo a possibilidade de as pessoas com deficiência tornarem-se protagonistas de sua própria história e cidadãos ativos

da sociedade.

Com as variáveis imposições acerca do tema, pode-se compreender quão importante é a atuação do Assistente Social. Sua prestação de serviços e cuidados para com a população é de suma importância visto que, por meio disto, é possível trabalhar com conscientização/orientação. A nível infanto-juvenil, as crianças com de deficiências conseguem por meio destes profissionais um melhor acesso ao ensino regular e maior contribuição para com o trio: família, escola e comunidade.

Mesmo com a vasta contribuição assistencial que estes profissionais executam, escasso são as políticas públicas dirigidas a este grupo de deficientes. Com este segmento, é nítido observar que o isolamento social pode ser uma consequência. Deste modo, esse tipo de situação pode ser derivado de uma ausência e/ou diminuição da acessibilidade de informações. Importante ressaltar que os profissionais assistentes sociais sofrem com uma determinada omissão dos poderes estatais, pois as condições éticas do exercício profissional são cada dia mais desafiadores.

Portanto, este trabalho possibilita ainda uma continuação da discussão sobre a temática a ser desenvolvida por outros pesquisadores da comunidade acadêmica ou profissional, pois como sabemos, o processo de conhecimento é dinâmico e contínuo.

Por consequência, este trabalho apresenta bastante relevância para o universo da ciência e da pesquisa social, pois se debruçou sobre uma discussão acerca do Assistente Social frente as políticas de inclusão. Alcançou os objetivos propostos ao descrever aspectos significativos da literatura pertinentes à inclusão e ao fazer profissional do Assistente Social. A partir do mesmo foi possível compreender mais sobre os espaços ocupacionais do Assistente Social e sua relevância no processo de mediação no contexto da inclusão. Muitas pessoas com deficiência podem estar tendo seus direitos violados por negligência do poder público na acessibilidade de comunicação.

Por fim, o presente estudo conclui-se de forma satisfatória, pois além de terem sido alcançados todos os objetivos propostos, proporcionou também um conhecimento bastante crítico quanto à temática, de forma a compreender todos os elementos que são pertinentes para a análise deste contexto.

REFERÊNCIAS

- AMPUDIA, Ricardo. **O que é deficiência auditiva**. Disponível em: <https://novaescola.org.br/conteudo/273/o-que-e-deficiencia-auditiva>. Acesso em: 17 set. 2021.
- BIANCHETTI, L. et al. **Um olhar sobre a diferença: interação, trabalho e cidadania**. Campinas: Papirus, 1998. Apostila Educação Especial: em direção à Educação Inclusiva, 2ª Edição, Claus Dieter Stobaus e Juan José Mourino Mosquera, Porto Alegre, 2004. Acesso em 11/06/20.
- BRASIL, **Decreto nº 5.626 de 22 de Dezembro de 2005**, Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm. Acesso em 02/10/20.
- BRASIL, **Ministério da Educação. Política Nacional de Educação Especial** na disponível em: <http://www.carlagikovate.com.br/aulas/autismo%20compreendendo%20para%20melhor%20incluir.pdf>, acesso em 02 de julho de 2016.
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Orientações Técnicas: Centro de Referência de Assistência Social – CRAS**. – 1. ed. – Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2009.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. LDB**. Lei nº 9.394/96.
- BRASIL. **Declaração de Salamanca**. Brasília, 1994. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf> . Acesso em: 10/09/2020.
- BRASIL. **LEI Nº 13.146, DE 6 DE JULHO DE 2015. INSTITUI A LEI BRASILEIRA DE INCLUSÃO**. Acesso em 02/09/20.
- BRASIL. **Conselho Federal do Serviço Social – CFESS**. 2020. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/visualizar/noticia/cod/1725>. Acesso em: 22 nov. 2021.
- CERVO, Amado Luiz; BERVIAN, Pedro Alcino; SILVA, Roberto da. **Metodologia Científica**. 6. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.
- COLL, C., PALACIOS, J. & MARCHESI, A. (organizadores). **Desenvolvimento psicológico e educação: necessidades educativas especiais e aprendizagem escolar**. Porto Alegre: Artes Médicas, 2010. Acesso em: 24 out. 2021.
- CORREIA, L.de M. **Alunos com necessidades educativas especiais nas classes regulares**. Porto: Editora Porto, 1997.

GIL, W. **Introdução à pesquisa qualitativa**. 3. ed. Rio Grande do Sul: Artmed, 2009.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. O Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional. São Paulo: Cortez, 1999.

MACIEL, Maria Regina Cazzaniga. Portadores de deficiência: a questão da inclusão social. **Rev. São Paulo em Perspectiva** 14 (2) 2000. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-88392000000200008>. Acesso em: 23 nov. 2021.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). Pesquisa Social. Teoria, método e criatividade. 18 ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

MUNIZ, Sheila Maria; MUNIZ, Rita de Fátima; VIANA, Tania Vicente. Serviço Social e Inclusão: A Atuação do Assistente Social Junto ao Processo de Inclusão das Crianças com Deficiência nas Escolas de Ensino Regular. **REVELLI – Revista de Educação, Linguagem e Literatura. Universidade Estadual de Goiás**. 2018.

QUADROS, Ronice Muller de. **Educação de Surdos: A aquisição de Linguagem**. Porto Alegre: Artmed, 1997

REDONDO, Maria Cristina da Fonseca. **Deficiência Auditiva**. Cadernos da TV Escola. Brasília, 2000. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/deficienciaauditiva.pdf>. Acesso em: 17 set. 2021.

SASSAKI, Romeu Kazumi. **Inclusão: construindo uma sociedade para todos**. 3. ed. Rio de Janeiro: WVA, 1997.

SILVA, M; MULIK, J. A. **Diagnosticando o Transtorno Autista: aspectos fundamentais e considerações práticas**. Psicologia: ciência e profissão. p.116-2020.

SILVA, Lucy; CONRADO, Regina Mara. **Experiências e dinâmicas de inclusão: um olhar comprometido e afetivo**. Rio de Janeiro: Wak, 2013.

STOBAUS, Claus Dieter; MOSQUERA, Juan José Mourino (orgs). **Educação especial: em direção a educação**. EDIPUCRS, 2004.

STROBEL, Karin. **História da Educação de Surdos**, Florianópolis, 2009. Disponível em: <http://www.libras.ufsc.br/colecaoLetrasLibras/eixoFormacaoEspecificas> > Acesso em 04/07/20.

TEODORO, A. **Globalização e Educação: políticas educacionais e novos modos de governação**. São Paulo: Cortez; Instituto Paulo Freire. (Coleção Prospectiva; v.9). 2003.
RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa Social: métodos e técnicas**. 3ed. São Paulo: Atlas, 1999.